

O PROBLEMA AGRÁRIO E A COLONIZAÇÃO DA FRONTEIRA ORIENTAL DO PARAGUAI: “LA MARCHA PARA EL ESTE”

DOI: 10.4025/revpercurso.v7i2.28800

Henrique Manoel Silva

Professor do Departamento de Fundamentos da Educação (DFE) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá
h-manoel@uol.com.br

RESUMO: A colonização da região oriental do Paraguai levada a efeito no início dos anos 1970 pelo governo de Stroessner decorreu em grande medida da urgente necessidade naquele momento de conter o grave problema agrário que gerava inúmeros conflitos de terra entre minifundistas e latifundiários na zona central do país. A criação do Instituto de Bienestar Rural (IBR), foi uma das formas buscadas para amenizar tais conflitos, retirando tanto os ocupantes quanto os demais agricultores pobres dessa região de entorno da capital, induzindo-os e reassentando-os nas novas colônias agrícolas no norte e no leste do país. Seu principal instrumento era o programa de criação de colônias com o fito oficial de expandir a fronteira agrícola, através da criação e ampliação das unidades econômicas. As deficiências das ações do IBR em atingir os primeiros objetivos possibilitaram o massivo ingresso dos colonos brasileiros na região da fronteira oriental, cuja disponibilidade de recursos e familiarização com as culturas de mercado se mostraram mais atrativas aos interesses do governo e dos agentes imobiliários que passaram a atuar naquelas regiões. Tal situação levaria num curto intervalo de tempo a reprodução em nova escala dos mesmos mecanismos especulativos e excludentes que caracterizavam a exploração dos recursos naturais do país, ampliando as mazelas e vicissitudes do problema fundiário historicamente irresoluto. Este artigo é parte constitutiva e um desdobramento das reflexões contidas no livro intitulado *Fronteireiros* de autoria do mesmo autor.

Palavras-chave: colonização; fronteira; problema agrário; Paraguai.

THE AGRARIAN PROBLEM AND SETTLEMENT OF THE BORDER EAST OF PARAGUAY: “LA MARCHA PARA EL ESTE”

ABSTRACT: The colonization of Paraguay eastern region carried out in the early 1970s by Stroessner's government took place largely on the urgent need that time to contain the severe agrarian problems that generated numerous land conflicts between smallholders and landowners in the central part of the country. The creation of the Rural Welfare Institute (IBR), was one of the ways sought to ease such conflicts, removing both occupants as the other poor farmers that of surrounding the capital region, inducing them and resettling them in new agricultural colonies in North and east of the country. His main instrument was the creation of colonies program with the

official aim of expanding the agricultural frontier through the creation and expansion of economic units. Deficiencies of the RBI's actions to achieve the first objective enabled the massive entry of Brazilian settlers in the eastern border region, whose resource availability and familiarity with the cash crops were more attractive to government interests and real estate agents who have come to act in those regions. Such a situation would take a short playback time interval new scale of such speculative and exclusionary mechanisms that characterized the exploitation of natural resources of the country, widening the wounds and vicissitudes of the land historically unresolved problem. This article is an integral part and an offshoot of the reflections in the book titled the same author authoring *Fronteireiros*.

Key words: colonization; border; agrarian problem; Paraguay.

“LA MARCHA PARA EL ESTE”

A colonização da região da fronteira oriental não se configurou nos anos 1960 e início dos anos 1970 como uma prioridade do governo paraguaio, mas decorreu da necessidade de solucionar o grave problema agrário que gerava inúmeros conflitos de terra entre minifundistas e latifundiários na zona central do país, numa área que se estendia por pouco mais de cem quilômetros nos sentidos sul e leste de Assunção. Essa região abrangia mais de 46% do total das unidades agrícolas da porção leste do Paraguai e 63% do total das unidades com menos de 5 hectares (ha). Tais números geraram a crença que respaldava o argumento tradicional, de que a densidade demográfica nessa região excedia a capacidade de absorção das terras disponíveis, o que gerava tais conflitos. Entretanto, apesar de as referências oficiais classificarem essa região como zona de minifúndio, os dados disponíveis não sustentavam essa crença, pois 53% das terras declaradas em 1965 pertenciam a apenas 18 proprietários, em contraste com os 99,7% dos agricultores que se espremiavam nos 47% das terras restantes (GARCIA, 2001)

Colateralmente, o uso intensivo e prolongado dos terrenos de minifúndio levou ao esgotamento dessas áreas, o que também contribuiu para o acirramento das tensões sociais no campo, uma vez que os camponeses passaram a disputar com os latifundiários e especuladores imobiliários as terras fiscais ainda disponíveis na região. Portanto, se hipoteticamente essas terras fossem divididas de modo equitativo entre todos os agricultores, cada unidade responderia por 20ha, o que certamente aliviaria tais tensões.

A disparidade existente na região central é na verdade um retrato contundente do padrão fundiário dominante no Paraguai e o fato de essas terras se localizarem no entorno da capital as torna ainda mais valorizadas e cobiçadas do que as do restante do país, fazendo que os conflitos fundiários ali sejam potencialmente mais explosivos.

Foi no bojo do processo de agudização desses conflitos que o governo de Stroessner, em atenção às demandas dos grandes latifundiários, criou um organismo oficial chamado Instituto de Bienestar Rural (IBR), com o fito de retirar tanto os ocupantes quanto os demais agricultores pobres da região central e reassentá-los nas novas colônias agrícolas no norte e no leste do país. Seu principal instrumento era o programa de criação de colônias, ao qual se vinculavam as demais atividades, e tinha como objetivo oficial a expansão da fronteira agrícola, através da criação e ampliação das unidades econômicas.

Segundo Nickson (2005), o retumbante fracasso das ações do IBR em atingir os primeiros objetivos possibilitou o massivo ingresso dos colonos brasileiros na região da fronteira oriental, o que, não obstante, permitiu alcançar a terceira meta do instituto, a ampliação da fronteira agrícola. No início dos anos 1970, o IBR contava com 633 funcionários, e previa-se um incremento de 12% no pessoal em 1979; entretanto, 69% desses funcionários trabalhavam nos escritórios centrais, ficando os 31% restantes incumbidos das atividades de campo no interior do país. Outro grave problema era a debilidade logística do instituto, que não oferecia apoio técnico efetivo aos colonos assentados nem viabilizava formas e mecanismos de escoamento e comercialização da sua produção. A concessão dos títulos definitivos de propriedade esbarrava na burocracia do órgão e na exigência de quitação dos débitos, o que impedia o acesso desses agricultores às linhas oficiais de crédito para plantio e custeio. De tal modo, passados vários anos, a maioria dos colonos paraguaios ainda permaneciam atados a práticas e culturas tradicionais de subsistência (KOHLHEPP, 1984). Somados a esses problemas, outros de natureza sanitária e de saúde pública contribuíram para o agravamento do quadro geral das agruras vivenciadas por esses colonos, que em muitos casos não tardavam a retornar às suas localidades de origem, repassando a preços irrisórios o direito de suas glebas aos vizinhos mais fortes (ZOOMERS, 1988).

De modo geral, a atuação do IBR acabou reproduzindo nas novas regiões os mesmos mecanismos especulativos e excludentes que caracterizavam a exploração dos recursos naturais do país, ampliando as mazelas e vicissitudes do problema fundiário. Os dados arrolados por

Nickson (2005) e disponíveis sobre o departamento de Amambay são reveladores desse fato. Em 1972, as propriedades com mais de 100ha, que representavam 15% do número total das propriedades cadastradas, assenhoreavam-se de quase 97% das áreas agricultáveis desse departamento, e apenas um desses latifúndios possuía 405.000ha.

No extremo oposto, 257 parcelas de minifúndio, com menos de 10ha, isto é, 9% do total das propriedades, açambarcavam somente um conjunto de 1.680ha, o que equivalia a tão somente 0,13% da área total. Mesmo considerando que o IBR tenha outorgado 970 novos títulos em Amambay até 1972, o quadro geral da distribuição de terras nesse departamento se manteve praticamente inalterado. Comparando-se os dados parciais arrolados para o departamento de Alto Paraná, pode-se constatar que a atuação do IBR nesse caso também não proporcionou nenhuma mudança substancial do quadro geral, apesar de o número de propriedades ter aumentado muito mais rapidamente nesse departamento do que em Amambay. Segundo esse mesmo autor, entre 1962 e 1972 o IBR concedeu 3.486 títulos nesse departamento, fazendo com que o número de propriedades entre 10ha e 50ha aumentasse de 216 para 3.411 durante o período, não obstante o número de propriedades com menos de 10ha tenha triplicado ao longo desses anos, passando de 557 para 1584; já as fazendas com mais de 100ha aumentaram de 19 em 1956 para 80 em 1972.

Entretanto, as 19 propriedades com mais de 100ha, que em 1956 açambarcavam quase 98% do total da área agrícola desse departamento, foram fracionadas em 80 novas unidades no início dos anos 1970, mantendo-se porém o mesmo perfil de concentração. Esses elementos são provas incontestes de que o IBR nunca esteve em dissonância com os interesses dos grandes latifundiários, convertendo-se no verdadeiro “Instituto de bienestar rural de los terratenientes”.

Outro fator que contribuiu para a perpetuação desse quadro foi a falta de coesão e de uma estratégia comum de atuação por parte das massas camponesas em favor dos seus interesses, que pudesse forçar o governo a implementar as mudanças estruturais necessárias à melhoria dessa situação. A fraca resistência das massas rurais e sua precária unidade decorre em grande medida de sua própria heterogeneidade enquanto grupo. Ao contrário da irrealística crença acerca do caráter homogêneo desse grupo, os pequenos agricultores paraguaios são constituídos por diferentes subgrupos, com interesses específicos (KLEINPENNING; ZOOMERS, 1990).

Dentre esses distintos grupos, encontram-se as populações indígenas, cujo número estimado em 1981, segundo dados do censo nacional, era de 38.703 indivíduos. Desse total,

aproximadamente 26.000 viviam na região do Chaco e os demais encontravam-se distribuídos por diferentes áreas da região oriental do Paraguai. Tais grupos vêem seu modo de vida crescentemente ameaçado, porém o maior problema para a defesa de seus interesses decorre da sua fragmentação, devido ao fato de eles pertencerem a 18 diferentes etnias e viverem separados geograficamente.

O segundo grupo mais importante dessa população pobre do meio rural paraguaio são os minifundistas, agricultores cuja gleba não ultrapassa 5ha. Esse grupo pode ser compreendido como um segmento mais homogêneo de trabalhadores rurais, praticantes de uma agricultura de subsistência em áreas muito diminutas e insuficientes para atender suas necessidades básicas. Esses minifundistas, segundo Kleinpenning; Zoomers (1990), tinham acesso a apenas 2,6ha de terras em média, o que correspondia a 50% do total das glebas. Desse total, 1,3ha era destinado às culturas de subsistência, como as da mandioca e do milho. Já as condições de apropriação dos terrenos, segundo esses autores, eram variadas: não menos que 50% dos agricultores mantinham-se na condição de simples ocupantes, 34% eram proprietários legais e apenas 15% eram arrendatários. Diante desse quadro, não é de se surpreender que a opção do governo paraguaio para solucionar tal problema tenha recaído nos programas de colonização. Desse modo, os camponeses que se movessem para uma das áreas de colonização poderiam se tornar proprietários legais de glebas maiores. Tal assertiva acabou se convertendo no modo discursivo pelo qual o governo almejava estimular o processo de modernização agrícola do país e assim incrementar o nível de renda da população pobre no campo. Na realidade, a atração exercida pelos projetos de colonização na região da fronteira oriental só se materializava entre aqueles que não viam nenhuma perspectiva melhor na zona central. Muitos pequenos agricultores que vislumbravam algum engajamento em atividades secundárias ou terciárias no entorno da capital, ou mesmo com a produção de legumes e frutas para o mercado citadino, achavam muito mais compensador permanecer na zona central, dada a proximidade com os mercados consumidores, o que tornava os preços de seus produtos melhores e mais competitivos do que aqueles ofertados pelos pequenos agricultores das regiões mais remotas do interior.

Tais fatores também contribuíram para o malogro da maioria dos projetos de assentamento do IBR, que na prática não asseguravam aos camponeses da região central nenhuma melhora concreta no seu modo de vida. Com o passar do tempo, diante de tantas

dificuldades enfrentadas e sem vislumbrar melhores dias, muitos pequenos agricultores paraguaios preferiram vender o direito de seus lotes aos colonos brasileiros e retornar à sua antiga região. Outros, porém, ao se desfazer de seus lotes, passavam a cultivar em áreas marginais de menor fertilidade ou por vezes empregando-se nas companhias agrícolas pertencentes a brasileiros, para executar tarefas de derrubada da mata e de abertura de novas áreas para o plantio (NICKSON, 2005).

Como observado nos estudos de Zoomers (1988), Kleinpenning; Zoomers (1989) sobre os camponeses da zona central, a condição de ocupantes nas áreas adjacentes à capital era mais propícia à obtenção da titularidade legal das terras, em razão da proximidade com os órgãos governamentais e também pela facilidade em organizar grupos de pressão. De modo inverso, estando na condição de ocupantes nas áreas mais distantes, como na região da fronteira oriental, onde as condições logísticas para organização desses movimentos eram mais difíceis, as estratégias de pressão política se tornavam menos efetivas.

Bem diferente era a situação dos grandes proprietários e da elite política e militar, que viram no acesso privilegiado às terras fiscais na região da fronteira oriental uma excelente oportunidade para conseguir lucros fáceis, através da especulação imobiliária.

A perpetuação da estrutura fundiária no Paraguai tem-se traduzido também pela formalização dos títulos de propriedade, como nos mostra o censo de 1981, no qual apenas um terço dos fazendeiros produziam em sua própria terra. Esse dado é revelador do caráter monopolizador da propriedade, pois quase a totalidade das terras agricultáveis estava nas mãos dos grandes latifundiários, enquanto as outras formas de apropriação, como no caso dos proprietários com títulos provisórios, locatários, meeiros e ocupantes, tinham que se manter com os 13% do restante das terras agricultáveis do país (MAG, 1985). Mesmo considerando o crescimento da produção, a expansão no número de unidades rurais e o aumento das exportações agrícolas e uma certa redistribuição populacional decorrente da colonização da região oriental, não se pode afirmar que a política levada a efeito pelo IBR tenha sido exitosa em sanar as iniquidades sociais no campo. Sob certos aspectos, o crescimento da produção agrícola no oriente paraguaio foi muito mais produto de fatores conjunturais exógenos e das barganhas envolvendo a venda das terras públicas do que de um deliberado planejamento por parte do IBR. Em termos agrários, a ação desse instituto só fez reproduzir de modo ampliado os mesmos problemas que

caracterizavam a situação social da região central do país e que colateralmente tornaram a ocupação e colonização dessas terras um negócio muito atraente e lucrativo não só para suas elites como também para as grandes companhias de colonização estrangeiras, sobretudo brasileiras.

De certo modo, a debilidade do programa de colonização implementado pelo IBR se explica por sua própria precariedade institucional, pois o orçamento destinado pelo governo para esse órgão não atingia o mínimo necessário à execução dos seus projetos. O cronograma de liberação do orçamento do instituto mal atingia 10% de suas previsões e mais de 90% de suas despesas eram cobertas pelas receitas advindas do pagamento realizado pelos beneficiários dessa política de reforma.

Segundo dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 1978) e do próprio IBR (1984), os desembolsos do governo para os assentamentos dos colonos ao longo dos anos 1970 não ultrapassavam 300 a 400 dólares por família de assentados anualmente (KOHLHEPP, 1984), muitíssimo menos do que os gastos efetivos com defesa, num país onde o setor agrícola respondia pelo principal do PIB nacional.

A precariedade do IBR também se refletia nos baixos salários recebidos por seus técnicos e pela falta de aparelhamento desse órgão, o que explica a propensão disseminada internamente pela arbitrariedade e pela corrupção, que passaram a caracterizar as ações do órgão. Outra consequência prática decorrente desse problema é que o IBR não possuía meios financeiros suficientes para contemplar os colonos com lotes adequados a suas necessidades nem para demarcá-los de modo preciso.

Os agrimensores, mal pagos, nem sempre eram criteriosos no seu trabalho de demarcação e por isso se tornavam suscetíveis a subornos. Enquanto isso, a imprecisão das demarcações lhes permitia açambarcar parcelas fora dos limites originais, as quais acabavam sendo vendidas por eles mesmos. Além do mais, cálculos corretos sobre as condições topográficas e dos solos nem sempre eram feitos naquela época, do mesmo modo que a pré-existência de estradas e cursos d'água era muitas vezes simplesmente ignorada. A maioria dessas colônias oficiais eram concebidas em pranchetas, sob total desconhecimento da realidade local; somadas a isso, as inúmeras instâncias que compõem a estrutura burocrática das instituições paraguaias faziam da

arbitrariedade e do nepotismo moeda corrente na alocação dos projetos de colonização (EQUIPO, 1984); (KLEINPENNING, 1987).

Muito embora os preços praticados pelo IBR na venda das terras tenham sido bastante baixos, se comparados aos níveis latino-americanos, eles se tornavam elevados para os camponeses paraguaios, dados justamente o seu grau de pauperização e as condições de assentamento a que foram submetidos nas regiões periféricas da fronteira oriental. Essa disponibilidade de terras baratas levou a um substancial aumento da demanda, sobretudo quando as grandes companhias de terras brasileiras se interessaram pelo negócio e um maciço contingente de colonos sulistas do Brasil começou a afluir para a região. Rapidamente essas terras fiscais se tornaram escassas e mais caras, em razão da crescente procura. Somada a isso, a desvalorização da moeda paraguaia nesse período também contribuiu para a insolvência dos colonos paraguaios, que não conseguiam arcar com os custos de seus débitos.

Segundo Kleinpenning (1987), um considerável lapso de tempo transcorria até os colonos receberem seus títulos de propriedade e isso dificultava seu acesso às linhas de crédito concedidas pelos bancos e agências estatais. Essa situação surgia não apenas em decorrência da lentidão do IBR em distribuir os títulos definitivos, mas também devido à relutância e inabilidade dos colonos em honrar suas obrigações. Tal comportamento decorria, em parte, da arbitrariedade e das práticas corruptas por parte de alguns agentes do instituto, que recusavam receber os pagamentos ou manter os próprios registros atualizados, intencionando mais tarde acusar os colonos de negligentes. Sob tais circunstâncias, os colonos preferiam cessar os pagamentos, por questão de segurança.

Em realidade, a insolvência dos colonos paraguaios não pode ser entendida apenas pela forma como os assentamentos foram concebidos, apesar de que nela já se explicitava e se antevia o malogro da política fundiária levada a efeito pelo IBR, mas pela precariedade do apoio logístico, que por vezes se limitou à concessão de foices, machados e enxadas. Tal problema acabou se convertendo no maior responsável pela reprodução, nessa nova fronteira, do predominante arcaísmo da agricultura paraguaia.

Segundo relatos de alguns pioneiros paraguaios¹ residentes nos municípios de Katueté, o IBR, em termos de suporte, quase nada proporcionou aos colonos. Na melhor das hipóteses, concedia uma foice, um machado e uma enxada como créditos e também, de modo precário, o transporte até a futura colônia. A essa insuficiência, se somava a falta de assistência técnica e ajuda à produção.

Em 1973, o IBR empregava apenas 10 engenheiros agrícolas, 33 agrônomos e 6 consultores em zootecnia destinados aos trabalhos de campo. Segundo Berthold, nessa região havia apenas um consultor agrícola para 2.500 agricultores e apenas os agricultores mais empreendedores e ricos, estabelecidos nos arredores dos novos núcleos urbanos, eram realmente beneficiados por esse serviço (apud; Kleinpenning, 1987). O próprio IBR, em 1979, num de seus relatórios anuais, admitia essa carência de pessoal, sendo que a maioria de seu corpo técnico e de consultoria permanecia nos escritórios centrais de Assunção. Já a falta de experiência dos agricultores paraguaios com culturas mais lucrativas, como soja, menta e trigo, e sua dificuldade de adaptação ao novo meio, inviabilizavam a adoção dessas lavouras. Os agricultores, de modo geral, tinham que encontrar soluções por conta própria, pois nenhuma das facilidades básicas era provida pelo IBR. Evidentemente, as condições na fase pioneira eram igualmente muito difíceis e precárias para o conjunto da população. A abertura de caminhos, a disponibilidade de água potável, a construção de latrinas, a instalação de escolas e o acesso aos serviços médicos e de saúde eram condições necessárias ao desenvolvimento das colônias; entretanto, na atuação do IBR, essas questões nunca foram efetivamente encaminhadas, o que tornou a vida dos colonos ainda mais dramática.

Grande parte dos colonos não dispunham de água potável; tinham que furar poços ou buscá-la em alguma mina ou riacho mais próximo. As latrinas, quando existiam, eram construídas nas proximidades da casa e por vezes encontravam-se não muito distantes das fontes d'água, o que trazia sérios riscos à saúde dos moradores. A energia elétrica só muito tardiamente foi disponibilizada, como em todas as novas colônias. Já o acesso à educação para as crianças permaneceu difícil. Muitas tinham que percorrer longas distâncias para estudar em escolas improvisadas, o que tornava a evasão escolar um problema freqüente, tanto que o nível

¹ Informação prestada pelo Sr. Ramón Baéz, 68 anos, Katueté 05/05/2007 e pelo Sr. De los Santos Centurión, 57 anos – Katueté, 01/06/2007

educacional médio entre os colonos era bastante baixo, sendo que muitos deles eram iletrados. As instalações e postos de serviços médicos, quando existiam, eram igualmente inadequados. Muitos agricultores viajavam quilômetros para fazer uma consulta, com médicos que na verdade eram somente práticos, posto que médicos diplomados dificilmente eram encontrados naquelas localidades.

As dificuldades adaptativas ao novo meio, somadas a toda ordem de carência e falta de apoio por parte das autoridades paraguaias, praticamente inviabilizavam essas colônias. A distância dos mercados consumidores e a dificuldade de escoamento da produção dos colonos eram agravados pelos baixos preços pagos a seus produtos. De certo modo, isso se dava pelo próprio volume e dispersão dessa produção, tornando os colonos vulneráveis às investidas de comerciantes e negociadores inescrupulosos que circulavam pelas colônias comprando a preços aviltados sua produção.

Em grande medida, a própria política do governo desincentivava os pequenos e médios agricultores paraguaios a se organizarem e criar suas cooperativas, pois temia-se que essas organizações pudessem se converter num forte mecanismo de pressão e questionamento do governo autoritário. Exceção feita à Cooperativa de Minga Guazú, da colônia Presidente Stroessner, que foi muito bem-sucedida em suas ações, apesar de não congregar a maioria dos colonos dessa região. Todavia, a cooperativa possibilitava a seus filiados uma posição mais favorável em relação ao mercado, garantindo aos colonos melhores preços a seus produtos, superiores, em alguns casos, aos produtos comercializados pelas cooperativas do estado do Paraná. Tal condição não se dava pela melhor localização dos silos e dos armazéns em relação às colônias, tampouco por sua competitividade, mas pelo fato de ela propiciar a eliminação dos atravessadores. Porém esse foi um caso isolado, comparado ao conjunto da situação vivida pelos pequenos agricultores paraguaios, que em geral não estavam vinculados a nenhuma cooperativa, em razão do seu isolamento e das dificuldades para levar sua produção até os mercados (KLEINPENNING, 1987).

Tal situação agravaria com o tempo a diferenciação socioeconômica entre os produtores paraguaios e a agressiva posição dos agricultores brasileiros *farmerizados*, completamente integrados ao mercado.

Em termos comparativos, os colonos dos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú não eram certamente os mais pobres do país, mas, tomando-se em sua totalidade, a condição de vida desses assentados estava longe de ser boa. A grande maioria deles vivia precariamente, como já mencionamos, e muitos desses agricultores paraguaios utilizavam equipamentos primitivos para a execução de seus trabalhos, praticando formas rudimentares de cultivo e criação.

Disponham de inadequado conhecimento em relação à produção e estocagem e não tinham nenhuma experiência com métodos e técnicas agrícolas modernos. Sofriam, destarte, com as ocasionais quebras da lavoura, o que os tornava inadimplentes com seus débitos e ainda mais dependentes dos atravessadores.

Os agricultores que cultivavam lavouras de produtos comerciais produzidas em pequena escala não conseguiam viabilizar seu negócio, dado o crescente custo desse tipo de lavoura. Já a infra-estrutura para a comercialização das culturas alimentares, era praticamente inexistente na região da fronteira oriental paraguaia, impedindo, destarte, que os pequenos agricultores pudessem incrementar suas atividades e melhorar sua condição de vida.

Por essa razão, a disparidade socioeconômica entre os colonos paraguaios e os agricultores brasileiros, mais capitalizados e com pleno domínio das culturas comerciais, se tornara crescente. Tão abismal disparidade fez com que os agricultores paraguaios, mesmo estando em seu próprio país, ocupassem as posições mais baixas da escala social na maioria das localidades.

Tal situação só se comparava à dos brasileiros “abridores de fazenda”, em sua maioria oriundos dos estados setentrionais do Brasil, também chamados “nortistas”, que incluíam mineiros e paranaenses do norte e noroeste do estado, ou que, na classificação tipológica local, não eram considerados eurodescendentes.

Essa população ocupava uma posição muito instável na sociedade de fronteira, pois ingressara na região na condição de total ilegalidade, sem nenhuma licença formal e quase sem nenhum capital para manter-se. Trabalhavam em pequenos lotes como meeiros ou como ocupantes das terras fiscais ou das antigas possessões da LIPSA (La Industrial Paraguaya S/A), localizadas às margens das “supercarreteras” (rodovias) que conectam os departamentos orientais à capital. Evitavam ocupar as terras pertencentes aos oficiais militares de alto escalão, pois temiam ser removidos pelo exército.

Quando adquiriam alguma parcela de terra, raramente conseguiam a documentação legal do terreno. Por vezes, ficavam à mercê de alguns agentes do IBR ou de funcionários públicos paraguaios, civis e militares, que os extorquiam e ameaçavam de expulsão das ditas terras.

Essa desigualdade foi também potencializada em decorrência do crescente índice de produtividade ensejado pelo processo de modernização da agricultura no país, ocorrido nas médias e pequenas propriedades do tipo *farmers* e também em razão do avanço da agroindústria.

Curiosamente, a grande maioria dos colonos acreditava que eles estavam numa situação melhor do que antes, quando vieram para as novas colônias. Em sua acepção, eles possuíam mais e melhores terras, tinham mais criação e podiam vislumbrar a aquisição de equipamentos modernos e melhores. Em certo sentido, esse era um indício de que os detentores de uma forma de agricultura tradicional também podiam se adaptar aos novos imperativos da moderna agricultura e por vezes melhorar a sua condição de vida.

Outros, menos afortunados, consideravam que sua situação ao menos não era pior do que antes, o que para eles já trazia certo alento (KLEINPENNING, 1987, p. 174).

De certo modo, a diferenciação socioeconômica estabelecida ao longo do processo de sedimentação da fronteira, ou, como nos termos propostos por Bennett (1969),(1995), na transição do período pioneiro para a período pós-fronteira, quando a comunidade passou a dispor de bens e serviços mais complexos e as estruturas da nova sociedade já começaram a se consolidar, essa diferenciação, enquanto fenômeno sociológico, se tornou mais nítida e delimitada e seu grau de envolvimento com as culturas de mercado mais profundo.

É nesse sentido que a questão da propriedade e do status que ela pressupõe pode desempenhar papel fundamental na alocação dos fatores produtivos, como acessibilidade a créditos, uso intensivo de maquinaria e de insumos modernos e adoção de novos padrões produtivos.

Tais fatores decorrem da peculiaridade e lógica do processo migratório dessa fronteira em razão das condições postas *ex ante* ao movimento colonizador, concebido pelo governo através do IBR, mas condicionado *ex post* pelos interesses pactuados entre as elites e o grande capital agroexportador.

Consequência disso é que tanto os pequenos agricultores brasileiros como os paraguaios sem titularidade, ou em situação irregular, eram mal-equipados e tinham poucas chances para

incrementar sua produção, diferentemente daqueles proprietários cuja titularidade definitiva de suas terras lhes facultava meios para a expansão dos negócios. A falta de apoio institucional é a outra face do problema que contribuiu substancialmente para esse acentuado quadro de diferenciação social.

Abandonados à própria sorte, sem meios de produção suficientes, sem infra-estrutura adequada e à mercê da ação dos agentes de comercialização, as colônias oficiais e espontâneas rapidamente se converteram num heterogêneo grupo condenado ao desarraigamento e à degeneração. Tais condições levaram esses agricultores a vender suas pequenas porções de terras ou simplesmente abandoná-las, entregando-as aos vizinhos mais fortes, no caso os agricultores brasileiros farmerizados ou seus congêneres paraguaios. O destino dos agricultores sem terra no Paraguai tanto por parte dos campesinos paraguaios quanto dos brasiguaios têm sido a constante mobilidade em busca de alguma oportunidade nas fronteiras agrícolas que se abriam naquele período. No entanto com o fechamento dessa fronteira e com o progressivo aumento dos preços das terras esse ciclo se esgotou rapidamente. Consequentemente tal situação gerou internamente um enorme êxodo em direção as maiores cidades do país o que levou a um caótico inchamento. Já os brasiguaios em muitos casos se viram forçados a retornarem ao Brasil e engrossarem as fileiras do movimento sem terra.

Em certa medida essas questões irresolutas ao longo das décadas que se sucederam ao movimento da fronteira oriental se tornaram ainda mais acirradas a medida que o avanço do agronegócio assumiu proporções muito mais significativas, consolidando-se tanto em escala quanto em volume e sua produção agora se convertendo num dos principais se não o mais importante item de exportações do país (Silva, 2010).

Tal situação consubstanciou-se num complexo e intrincado sistema produtivo envolvendo bancos, multinacionais dos setores petroquímicos e de fertilizantes, indústrias de máquinas e implementos, empresas de serviços e de assistência técnica, além dos próprios produtores, que em sua grande maioria se converteram em agricultores absenteístas, cuja relação com a terra é estritamente comercial e capitalista.

REFERÊNCIAS

BERTHOLD, Th. Agrarreform und kleinbauernfrage in Paraguay. **Zeitschrift fur ausländische landwirtschaft**, 16, 1 pp. 72-85, 1977.

EQUIPO NACIONAL DE PASTORAL SOCIAL/ CONFERENCIA EPISCOPAL PARAGUAYA. Tierra y sociedad. Problematica de la tierra urbana, rural e indígena em el Paraguay. Asunción. 404 p. **Cuadernos de Pastoral Social**, 1984.

INSTITUTO DE BIENESTAR RURAL (IBR). (1963 - 1986) **Memória** - 1963, Asunción, 1984. KLEINPENNING, J. M. G. **Man and land in Paraguay**. Amsterdam: CEDLA (Latin America Studies; 41), 1987.

KLEINPENNING, J. M. G. & ZOOMERS, E. B. Degradación ambiental en America Latina: El caso de Paraguay. **Revista Paraguay de Sociología**, Asunción, Año 25, n. 72, mayo-agosto, 1988.

_____. Elites, the rural masses and land in Paraguay. A case of the subordination of the rural masses to the interests and power of the ruling class. **Revista Geográfica**, Mexico, n.111, 1990.

KOHLHEPP, Gerd. Problems of dependent regional development in eastern Paraguay. **Applied Geography and Development**, v. 22 p.7-45, 1983.

_____. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. **Revista Geográfica**, México, n. 99, enero-junio, 1984.

GARCIA, Antonio. El minifundismo en el proceso agrario del Paraguay hacia un nuevo proyecto de desarrollo rural. Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos. Revista Paraguaya de Sociologia. vol. III - 1964-1994, p 119-153, 2001.

PARAGUAY. Ministério de Agricultura y Ganaderia (MAG). Censo agropecuario, 1981. Asunción. 1985.

NICKSON, R. Andrew. Brazilian colonization of the Eastern Border Region of Paraguay. **Journal of Latin American Studies**, n. 13, may, 1981.

_____. **Historical dictionary of Paraguay**. 2nd ed., revised, enlarged, and updated. London: The Scarecrow Press, 1993.

NICKSON, R. Andrew. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paragay. In Fogel, Ramón & Riquelme, Marcial (orgs). **Enclave sojero, merma de soberania y pobreza**. Ceri – Centro de estúdios rurales interdisciplinarios, Asunción, 2005.

SILVA, Henrique M. **Fronteireiros.**: As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. Maringá: Eduem, 2010.

WORLD BANK. Regional **Development in Eastern Paraguay**. Washington. 30p. A world Bank Country Study. 1978.

ZOOMERS, E. B. Rural development and survival strategies in central Paraguay. Amstyerdam: **CEDLA**, 1988.

Submissão em: 08/07/2015

Aceito em: 25/09/2015